

ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



PROJETO DE LEI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

L. D. D/2020

VIA - CÂMARA MUNICIPAL

A D M I N I S T R A Ç Ã O :

LUIS GONZAGA DE CARVALHO JUNIOR



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



PROJETO DE LEI Nº. 010/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DEMERVAL** LOBÃO, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Demerval Lobão - PI aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Demerval Lobão - PI, para o Exercício Financeiro de 2020, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320/64, e nos termos da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, compreendendo:

As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

A organização e estrutura dos orçamentos;

Disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;

Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

As disposições relativas aos dispêndios com pessoal e encargos sociais;

As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;

No Orçamento o valor da Receita será igual ao valor da despesa, e integrara a essa Lei o Anexo II de metas Fiscais e o Anexo III de Riscos Fiscais, na forma do Art. 4º da Lei Responsabilidade Fiscal – LRF, elaborados de acordo com a Portaria nº. 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Parágrafo Único – As diretrizes aqui estabelecidas orientarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao referido exercício financeiro.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



Art. 2º. As ações prioridades e as respectivas metas da Administração Pública Municipal para o Exercício de 2020 são os constantes no anexo de Metas e Prioridades desta Lei estando em consonância com o Plano Plurianual vigente e suas alterações, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas terão precedência no projeto de Lei Orçamentária as quais serão especificados no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o Exercício Financeiro de 2020:

Austeridade na utilização dos recursos públicos;

A prestação de serviços educacionais de qualidade;

A garantia de serviços de atenção e prevenção da Saúde e Saneamento Básico;

A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;

A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;

A geração de emprego e renda através de cursos que qualificam a mão de obra local e da garantia de crédito;

A habitação e o urbanismo – habitação popular e infraestrutura urbana e rural;

A promoção da agricultura e do abastecimento;

Recuperação e preservação do meio ambiente;

O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária de 2020 e durante sua execução, o executivo municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas publicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

- Art. 3°. A Lei Orçamentária Anual obedecerá à elaboração do Orçamento do Município de Demerval Lobão, relativo ao Exercício Financeiro de 2020, as diretrizes gerais e específicas de que trata este Capítulo, consubstanciadas no texto desta Lei.
- Art. 4º. Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:
- I execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores);
- II arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2019, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



- III alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita);
- IV expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;
- V indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;
- VI metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas;
- VII índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2019 e, se estiver apurado, o provisório para 2020;
 - VIII projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2020;
- IX outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2020, desde que devidamente embasados.
- Art. 5°. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2020, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o principio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
- Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2018/2021, que tenha sido objeto de projetos de Leis especifica.

Nossa Terra.

- Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificando com código de destinação dos recursos, especificando aqueles vinculados aos seus fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrados as despesas por função, subfunção, programa, projeto e atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias MOG 42/1999, interministerial Nº. 163/2001, conjunta STN/SOF Nº. 02/2012 e alterações posteriores.
- Art. 8º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de janeiro a Junho de 2019, observando-se:
- I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.
- III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



- IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.
- V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.
- VI. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma do Art. 60 da ADCT e da Lei N.º 11.494 de 20 de Junho de 2007, esta regulamentada pelos Decretos Federais nº 6.253, de 13/11/2007, 6.278 de 29/11/2007 e 6.571 de 17/09/2008.
- VII. A aplicação de no mínimo 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde da Receita proveniente de Impostos e das Transferências de Recursos, cumprirá ao disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012.
- VIII. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.
- IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.
- X. Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.
- XI. Será estabelecida a Reserva de Contingência, em até 2%, cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único: Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio de Decreto do Poder Executivo, nos termos do Art. 40 e 41 da Lei Federal nº. 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto a ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício de 2020.

- Art. 9°. As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrente de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3°, da Constituição Federal.
- Art. 10. Em cumprimento ao disposto na alínea "f" do inciso I do Art. 4º da Lei Complementar Federal LRF nº 101, de 04/05/2000.

Fica o Poder Executivo autorizado a:



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



- § 1º Efetuar despesas de custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições publicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convenio, ajustes ou congêneres.
- § 2º Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convenio, ajustes ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

Parágrafo Único. As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

- Art. 11. O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.
- § 1°. Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:
 - 1 pessoal e encargos sociais:
 - 2 juros e encargos da dívida Interna;
 - 3 outras despesas correntes;
 - 4 investimentos;
- 5- inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
 - 6 amortização da dívida.
- § 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.
- § 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas um código numérico sequencial.
- § 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:
- I Transferências Intragovernamentais a Entidades não integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (15);
 - II Transferências à União (20);
 - III Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



IV - Transferências a Municípios (40);

V - Transferências a Instituições Privadas (50);

VI - Aplicações Diretas - Administração Municipal (90).

Art. 12. As operações de crédito por antecipação da Receita, contratados pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício; em que forem contratadas.

Art. 13. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao executivo até 15 de julho de 2019, para serem incluídos na proposta Orçamentária do Município.

Parágrafo único – Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração da proposta orçamentária do Legislativo:

O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributaria e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme Art. 29-A, inciso I da Constituição Federal (E.C. n.º 58/2009).

As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no Art. 29-A, § 1º da Constituição Federal (E.C nº 25/2000).

Nossa Terra, com mais esperanç CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

- Art. 14. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:
- I Demonstrativo das Réceitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orcamentos;
- II Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;
- III Quadro-Resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos;

Por classificação institucional;

Por função:

Por sub-função;

Por programa;

Por grupo de despesa:

Por modalidade de aplicação;

Por elemento de despesa.

IV – Demonstrativo dos recursos destinados à Manutenção do Ensino
 Fundamental, do Ensino Infantil e do Desenvolvimento do Ensino;



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



- V Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) orçamentos do Município;
- VI Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em termo global e por órgãos;
- VII As tabelas explicativas de que trata o Art. 22, inciso III, letras A, B e C, sobre a evolução da Receita, letras D, E e F sobre a evolução da Despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DIVIDA MUNICIPAL

- Art. 15. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.
- Art. 16. O Projeto de lei orçamentária poderá incluir na composição total da receita recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.
- Art. 17. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no Art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

Nossa Terra.

Art. 18. As despesas com o serviço da divida do Município, deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, ate a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇOES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

- Art. 19. O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.
- Art. 20. O Orçamento Fiscal do Município abrangera todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 21. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculadas a



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e obedecerá ao definido na Lei dos Fundos de Saúde e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.

Art. 22. O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do Município detalhará, individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

Art. 23. Fica o Poder executivo autorizado a conceder abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos Arts. 21 e 22 da Lei Federal N.º 11.494/2007, observando as condições estipuladas no Art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

- Art. 24. As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida; sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, do Art. 19 e inciso III, do Art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no Art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.
- § 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada ao final de cada semestre.
- § 2º. Entendem-se como Receita Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta, excluídas as Receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.
- § 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes Despesas:
 - I Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
 - II Obrigações patronais (encargos sociais);
 - III Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
 - IV Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito:
 - V Subsídios dos Vereadores;
 - VI Outras Despesas de Pessoal.
- § 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do caput deste artigo.



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



- § 5º. Os valores dos Contratos de Terceirização de Mão de Obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- § 6°. O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009 e na Lei Municipal correspondente.
- Art. 25. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos de reconhecida utilidade pública; a pessoas físicas, carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.
- § 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.
- § 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.
- § 3°. Fica vedada à concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

P R SEÇÃO I DAS DESPESAS DO MUNICIPIO COM O REPASSE PARA A CÂMARA

Art. 26. A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do Poder Legislativo Municipal ocorrerá conforme o disposto no Art. 29 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 58, de 23 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20 (vinte) de cada mês, 7% (sete por cento) de sua receita, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundos especiais e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

Art. 27. O Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do Duodécimo ao Poder Legislativo, os débitos previdenciários com INSS, não pago pelo Legislativo até o seu vencimento e debitados na Conta do FPM.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICIPIO.

Art. 28. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 2020, contemplara medidas de aperfeiçoamento



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.

- Art. 29. O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na legislação Tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:
 - I Adequação das alíquotas dos tributos Municipais;
 - II Priorização dos tributos diretos;
 - III Aplicação da justiça fiscal;
 - IV Atualização das taxas;
- V Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de setembro de 2019, o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que apreciará até a última Sessão Legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 31 de dezembro de 2019, fica o Legislativo Municipal autorizado a adotar a lei orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do Art. 34 da Constituição Estadual.

Nossa Terra.

- Art. 31. A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2019, acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa Q.D.D., especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.
- § 1º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orcamentária.
- I Os Projetos de Lei Orçamentários Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentadas com a forma e o detalhamento de despesa estabelecida nesta Lei.
- II Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.
- § 2º Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação por Decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI da CF), sem onerar a margem de suplementação orçamentária a ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício de 2020.



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



Art. 32. Efetuar com estrita observância a emissão de Relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do Art. 63 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Art. 33. Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.
- Art. 34. Em cumprimento ao disposto na alínea "e" do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF nº 101, de 04/05/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feito de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo Municipal.

Parágrafo Único – A avaliação dos resultados obtidos em cada Órgão, dos programas financiados com recursos Orçamentários que integram a execução do Orçamento, conforme dispõe o Art. 4ª, I, alínea "e" da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando o Controle Interno do município responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas fiscais, que acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante o Exercício Financeiro de 2020.

- Art. 35. Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal direta e indireta, desde que não venham a ultrapassar o limite prudencial dos gastos com pessoal, elencados no Art. 24 da presente Lei.
- Art. 36. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.
- Art. 37 Caso seja necessário o Poder Executivo adotará à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, em conformidade com alínea "b" inciso I do Art. 4º da LRF nº 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei Orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes inversões financeiras" de cada poder, aos trinta dias subsequentes.
- Art. 38 Caso o Projeto da Lei Orçamentária de 2020 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executado até a edição da respectiva Lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a Câmara Legislativa, excetuados os investimentos em



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 39. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2.020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DEMERVAL LOBÃO – PI, 26 DE ABRIL DE 2019.

Luis Gonzaga de Carvalho Júnior Prefeito Municipal CPF: 396.375.733-72

PREFEITURA
DEMERSIA
DEMERSIA
DEMERSIA
Nossa Terra,
com mais esperança
LOBÃO



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



ANEXO I - METAS E PRIORIDADES

REFERÊNCIA AO PROJETO DE LEI DE N.º 010/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019

01 – CÂMARA MUNICIPAL

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CÂMARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA INTERNA MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMARA ENCARGOS COM ASSESSORIA JURÍDICA E CONTÁBIL

02 - GABINETE DO PREFEITO

MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS E CONVÊNIOS
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
ENCARGOS COM ASSESSORIAS AO GABINETE
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES
MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA

03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

com mais esperança

04 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA DE SERVICO MILITAR

05 – GUARDA MUNICIPAL

MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

06 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA CONTROLADORIA

07 – GERÊNCIA DO NÚCLEO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO

MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DO NÚCLEO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO

08 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE DEMERVAL LOBÃO

MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA; AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS; MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS; BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS; RESERVA DO RPPS



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS
MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL
MANUTENÇÃO DE COORDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS
REVISÃO DO PLANO DIRETOR
TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TV
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL MANUTENÇÃO DAS COORDENAÇÕES SEC. FINANÇAS ENCARGOS COM O PASEP RESERVA DE CONTIGÊNCIA ENCARGOS COM A DIVIDA INTERNA INDENIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SENTENÇAS JUDICIAIS ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS

11 - SECRETARIA MUN. DE INFRAEST SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENV. URBANO

ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA
APOIO AO PROJETO DE INFRAESTRUTURA EM TERRITÓRIO
ADMINISTRAÇÃO DA DIVISÃO DE OBRAS E FISCALIZAÇÃO
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTOS
PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS E AVENIDAS
CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS

ABERTURA DE RUAS E AVENIDAS

CONSTRUÇÃO REST DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS E OUTROS

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA

MANUTENÇÃO, CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS, CEMITÉRIOS

CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E RESTAURAÇÃO, DE LAVANDERIA PÚBLICA

CONSTRUÇÃO DE ESGOTOS, GALERIAS E CANAIS DE DRENAGEM

CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO IMPLANTAÇÃO DE ESGOTO E LAGOAS DE ESTABILIZAÇÃO

MANUTENÇÃO DE LAVANDERIAS PÚBLICAS

MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ELETRIFICAÇÃO URBANA E RURAL

CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS



ENDERECO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO DE PONTES E BUEIROS CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE POSTOS TELEFÔNICOS

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E RODOVIAS

CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

REFORMA DE CEMITÉRIOS PUBLICOS

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO PORTAL

CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ZONA URBANA

CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO E RESIDUOS SOLIDOS

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONST. AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES E QUADRAS

INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E CIÊNCIA

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEMED

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS

MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SEMED

DISPÊNDIOS COM O SALÁRIO EDUCAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

MANUTENÇÃO DE COORDENAÇÕES DA SECRETARIA

MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS

MANUTENÇÃO DO PNAE

MANUTENÇÃO DO PNATE

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PEATE

MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

MANUTENÇÃO DO PDDE

ENCARGOS COM O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADE DO

ENS INFANTIL

MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR

INSTALAR E MANTER CRECHE

MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

13 - FUNDO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS ESCOLAS

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

FUNDAMENTAL-FUNDEB-60%

MANUTENÇÃO ENCARGOS ADMINISTRATIVO - FUNDEB 40%

TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-40%

MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-60%

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RESTAURAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA AS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL

CONSTRUIR, AMPLIAR E EQUIPAR CRECHES

CONSTRUIR, AMPLIAR, RESTAURAR E EQUIPAR PRÉ-ESCOLA MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 40%

ENCARGOS COM O PESSOAL DO MAG. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%

MANUT<mark>ENÇÃO E ENCARGOS DO PRÉ E</mark>SCOLAR – FUNDEB 40% ENCARGOS COM O PESSOAL DO MAGISTÉRIO PRÉ ESCOLAR – FUNDEB 60%

MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – FUNDEB 40%

ENCARGOS COM PESSOAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – FUNDEB 60%

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, JUVENTUDE E TURISMO

REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA

CONSTRUCÃO DO CENTRO DE ARTESANATO

AQUISIÇÃO DE ACERVO P/ BIBLIOTECA PÚBLICA

MANUTENÇÃO DE BIBLIOTEÇAS

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO

REALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTAS COMEMORATIVAS

DISPÊNDIOS COM A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL

DISPÊNDIOS COM A REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DE FOLGUEDOS

APOIO A GRUPOS DE TEATRO E DANÇA

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL E GINÁSIO DE ESPORTES

CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE LAZER

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



17- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REST. DE UNIDADES, SECRETARIA

E POSTOS DE SAÚDE

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE

CONSTRUIR E EQUIPAR ACADEMIA DA SAÚDE

MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA E FMS

MANUTENÇÃO DO PAB - FIXO;

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E NASF

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS

DE SAUDE E PMAC

PROGRAMA SAÚDE BUCAL

ENCARGOS COM VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PPI/ECD

18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

CONST. DE OBRAS DIVERSAS NA SEC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA ESPEC. DA ASSIST. SOCIAL

MANUTENCÃO DO PROGRAMA - SCFV

MANUTENÇÃO DO INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF

APOIO AO CIDADÃO A FAMÍLIA E AO ADOLESCENTE

MANUTENÇÃO DA SEC. ADMINISTRATIVA E FMAS

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - PBFI

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CRAS

BENEFICIOS EVENTUAIS A POPULAÇÃO CARENTE

MANUTENÇÃO DO INDICE DE GESTÃO DO SUAS - IGD SUAS

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA

DISPÊNDIOS COM CONSELHOS MUNICIPAIS

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

20 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL
MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO TUTELAR
PROJETO DE PREVENÇÃO Á ALCOOL E DROGAS A CRIANÇAS
PROJETO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXSUAL
CONTRA CRIANÇA



ENDEREÇO: AV. PADRE JOAQUIM NONATO, 132

CIDADE: DEMERVAL LOBAO CNPJ: 06554885/0001-57



21 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E ABASTECIMENTO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AQUISIÇÃO DE TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE MATADOUROS AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS CONDICÕES REVITALIZAR AS PAISAGÍSTICAS DOS **LOGRADOUROS** AÇÕES DE FORTALECIMENTO DE PSICULTURA MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL REALIZAÇÃO DE EVENTOS E FEIRAS AGRÍCOLAS PROGRAMA DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS MANUT<mark>ENÇÃO DE MERCADOS, FEIRAS</mark> E MATADOUROS PROGRAMA CINTURÃO VERDE – HORTAS COMUNITÁRIAS

22 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DOS PARQUES PÚBLICOS CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO MEIO AMBIENTE

23 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL

CONSTRUÇÃO, REST. DE CASAS POPULARES E MELHORIA HABITACIONAL

CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO CONSTRUÇÃO DE ESGOTOS, GALERIAS E CANAIS DE DRENAGENS

CONSTRUÇÃO E RESTARAÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTEC. DE ÁGUA CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LAVANDERIA MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE HABITAÇÃO

24 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL NORMATIZAR O MUNICÍPIO COM AS NORMAS DE TRÂNSITO EQUIPAR VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO COM EQUIPAMENTOS DE TRÂNSITO

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS METAS ANUAIS

AMF - DEMONSTRATIVO I (LRF, ART. 4°, INCISO 1°)

R\$ 1,00

	2020				2021			2022			
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente	Valor	% PIB	Valor Corrente	Valor	% PIB	Valor Corrente	Valor	% PIB		
	(A)	Constante	(A/PIB)x100	(B)	Constante	(B/PIB)x100	(C)	Constante	(C/PIB)x100		
RECEITA TOTAL	45.000.000,00	39.232.781,17	0,178%	47.250.000,00	41.194.420,23	0,172%	49.612.500,00	43.254.141,24	0,002		
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	44.090.000,00	38.439.407,15	0,174%	46.294.500,00	40.361.377,51	0,169%	48.609.225,00	42.379.446,38	0,002		
DESPESAS TOTAL	45.000.000,00	39.232.781,17	0,178%	47.250.000,00	41.194.420,23	0,172%	49.612.500,00	43.254.141,24	0,002		
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	44.555.000,00	38.844.812,55	0,176%	46.782.750,00	40.787.053,18	0,171%	49.121.887,50	42.826.405,84	0,002		
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(465.000,00)	(405.405,41)	-0,002%	(488.250,00)	(425.675,68)	-0,002%	(512.662,50)	(446.959,46)	(0,000)		
RESULTADO NOMINAL	7.914.465,77	6.900.144,52	0,031%	8.310.189,06	7.245.151,75	0,030%	8.725.698,51	7.607.409,34	0,000		
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	8.819.365,79	7.689.072,18	0,035%	9.260.334,08	8.073.525,79	0,034%	9.723.350,78	8.477.202,08	0,000		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.140.733,62	5.353.734,63	0,024%	6.447.770,30	5.621.421,36	0,024%	6.770.158,82	5.902.492,43	0,000		
FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDAI	FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDADE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO										

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4°, §2°, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em % PIB		Metas Realizadas	% PIB	Variação				
ESPECIFICAÇÃO	2018(A)	% PIB	em 2018	% PIB	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100			
RECEITA TOTAL	30.800.000,00	0,130	36.657.391,33	0,155	5.857.391,33	19,018%			
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	30.543.182,30	0,129	36.439.859,72	0,154	5.896.677,42	19,306%			
DESPESAS TOTAL	30.800.000,00	0,130	35.124.846,92	0,148	4.324.846,92	14,042%			
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	30.437.175,00	0,129	34.831.996,62	0,147	4.394.821,62	14,439%			
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	106.007,30	0,000	1.607.863,10	0,007	1.501.855,80	1416,748%			
RESULTADO NOMINAL	(42.492,70)	(0,000)	1.390.331,49	0,006	1.432.824,19	-3371,930%			
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	8.819.365,79	0,037	1.183.884,71	0,005	(7.635.481,08)	-86,576%			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.140.733,62	0,026	6.140.733,62	0,026	-	0,000%			
FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDADE, S	FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDADE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO								

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo III (LRF, art 4°, §2°, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		NTES									
LOF ECII ICAÇÃO	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
RECEITA TOTAL	28.500.000,00	30.800.000,00	8,0702%	36.000.000,00	16,883%	45.000.000,00	25,000%	47.250.000,00	5,000%	49.612.500,00	5,000%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	28.392.915,00	30.543.182,30	7,5733%	35.740.086,25	17,015%	44.090.000,00	23,363%	46.294.500,00	5,000%	48.609.225,00	5,000%
DESPESAS TOTAL	28.500.000,00	30.800.000,00	8,0702%	36.000.000,00	16,883%	45.000.000,00	25,000%	47.250.000,00	5,000%	49.612.500,00	5,000%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	28.037.175,00	30.437.175,00	8,5601%	35.619.033,75	17,025%	44.555.000,00	25,088%	46.782.750,00	5,000%	49.121.887,50	5,000%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	355.740,00	106.007,30	-70,2009%	121.052,50	14,193%	(465.000,00)	-484,131%	(488.250,00)	5,000%	(512.662,50)	5,000%
RESULTADO NOMINAL	216.000,00	(42.492,70)	-119,6725%	35.577,50	-183,726%	7.914.465,77	22245,705%	8.310.189,06	5,000%	8.725.698,51	5,000%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	9.482.348,16	8.819.365,79	-6,9918%	-	-100,000%	8.819.365,79	#DIV/0!	9.260.334,08	5,000%	9.723.350,78	5,000%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	4.173.224,52	6.140.733,62	47,1460%	-	-100,000%	6.140.733,62	#DIV/0!	6.447.770,30	5,000%	6.770.158,82	5,000%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
RECEITA TOTAL	31.871.550,00	32.494.000,00	1,953%	36.000.000,00	10,790%	42.452.830,19	17,925%	41.854.903,00	-1,408%	41.264.659,40	-1,410%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	31.751.796,84	32.223.057,33	1,484%	35.740.086,25	10,915%	41.594.339,62	16,380%	41.008.503,85	-1,408%	40.430.196,29	-1,410%
DESPESAS TOTAL	31.871.550,00	32.494.000,00	1,953%	36.000.000,00	10,790%	42.452.830,19	17,925%	41.854.903,00	-1,408%	41.264.659,40	-1,410%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	31.353.972,80	32.111.219,63	2,415%	35.619.033,75	10,924%	42.033.018,87	18,007%	41.441.004,52	-1,408%	40.856.597,77	-1,410%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	397.824,04	111.837,70	-71,888%	121.052,50	8,239%	(438.679,25)	-462,388%	(432.500,66)	-1,408%	(426.401,48)	-1,410%
RESULTADO NOMINAL	241.552,80	(44.829,80)	-118,559%	35.577,50	-179,361%	7.466.477,14	20886,514%	7.361.315,49	-1,408%	7.257.505,21	-1,410%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	10.604.109,95	9.304.430,91	-12,256%	-	-100,000%	8.320.156,41	#DIV/0!	8.202.971,10	-1,408%	8.087.291,68	-1,410%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	4.666.916,98	6.478.473,97	38,817%	-	-100,000%	5.793.144,92	#DIV/0!	5.711.551,33	-1,408%	5.631.006,25	-1,410%
FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDA	DE. SECRETARIA	MUNICIPAL DE /	ADMINISTRA	CÃO.						•	

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo IV (LRF. Art 4°, §2°, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMONIO LIQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%	
PATRIMÔNIO/CAPITAL	(33.718.926,99)	100,000%	6.355.985,81	100,000%	4.340.780,01	100,000%	
RESERVAS	-	0,000%		0,000%	-	0,000%	
RESULTADO ACUMULADO	-	0,000%		0,000%	-	0,000%	
TOTAL	(33.718.926,99)	100,000%	6.355.985,81	100,000%	4.340.780,01	100,000%	
REGIME PREVIDENCIÁRIO							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO PATRIMÔNIO	2018 (42.976.914,10)		2017 2.052.011,18	% 100,000%	2016 1.235.542,59	% 100,000%	
			-				
PATRIMÔNIO		100,000%	-	100,000%		100,000%	
PATRIMÔNIO RESERVAS		100,000% 0,000% 0,000%	2.052.011,18	100,000% 0,000%		100,000%	

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	20	20 (a)	201	9(b)	2018	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Alienação de Bens Móveis	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Alienação de Bens Imóveis	R\$	-	R\$	-	R\$	-
DESPESAS EXECUTADAS	20	20 (d)	201	9(e)	201	8(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$	-	R\$	-	R\$	-
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Investimentos	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Inversões Financeiras	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Amortização da Dívida	R\$	-	R\$	-	R\$	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Regime Geral de Previdência Social	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$	-	R\$	-	R\$	-

SALDO FINANCEIRO	2020 (a) (g)=(la-lld)+lllh)	2018 (b) (h)=((lb-lle)+llli)	2018 (c) (i)=(lc-llf)				
VALOR (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -				
FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDADE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4°, §2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

AINT - Demonstrativo VI (LRF, art. 4, §2, inciso IV, aintea a)			Κφ 1,00
RECEITAS	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	706.361,28	963.696,52	1.197.957,13
RECEITAS CORRENTES	706.361,28	963.696,52	1.197.957,13
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	611.818,63	650.649,00	861.239,93
RECEITAS CORRENTES	611.818,63	650.649,00	861.239,93
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.318.179,91	1.614.345,52	2.059.197,06
DESPESAS	2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)	336.349,39	793.189,44	1.349.763,78
ADMINISTRAÇÃO			
PREVIDÊNCIA	336.349,39	793.189,44	1.349.763,78
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	336.349,39	793.189,44	1.349.763,78
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	981.830,52	821.156,08	709.433,28
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2016	2017	2018
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Plano Previdenciário			_
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDADE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINIST	RAÇÃO		

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4°, §2°, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS /	RENÚNCI	A DE RECEITA	PREVISTA	COMPENSAÇÃO
INIBUTO	WODALIDADE	BENEFICIÁRIOS	0	0	0	COMPENSAÇÃO
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	Anistia	NÃO HOUVE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Remissão	NÃO HOUVE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Isenção	NÃO HOUVE				Instituição da Contribuição de Iluminação Pública
	TOTAL		R\$ -	R\$ -	R\$ -	

FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDADE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI - L.D.O / 2020 ANEXO II - METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS		Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita	R\$	602.500,00
(-)Transferências Constitucionais	R\$	
(-)Transferências ao Fundeb	R\$	102.300,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$	500.200,00
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$	30.125,00
Margem Bruta (III)=(I+II)	R\$	530.325,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$	-
Novas DOCC	R\$	
Novas DOCC geradas por PPP	R\$	•
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	R\$	530.325,00
FONTE: SISTEMA DE CONTABILIDADE, SECRETARIA MUNICIPAL DE	E ADMINISTRAÇÃO	